

**EXAME DE ORDEM  
DEZEMBRO / 2006  
2ª ETAPA**

**DIREITO EMPRESARIAL**

**Peça Profissional**

João Pedro e Antônio Manoel constituíram sociedade limitada (JPAM Telefonia Ltda.), que tem por objeto a compra e venda para revenda de aparelhos de telefonia celular. O negócio prosperou até 2005, quando, em razão de mudança na política da operadora a que estava vinculada, a sociedade passou a enfrentar dificuldades financeiras.

Apesar dos planos e tentativas de estabilizar suas relações de crédito, não houve sucesso, o que levou João e Antônio à constatação de que o empreendimento não é viável e à sua decisão de encerrar a atividade econômica.

A JPAM Telefonia Ltda. possui as instalações de sua loja, cento e dez aparelhos em estoque, cheques pré-datados de clientes, o direito à devolução de tributos indevidamente recolhidos (ainda em fase de reconhecimento em processo de conhecimento) e o registro de marca no INPI. De outro lado, a sociedade deve as verbas rescisórias dos empregados demitidos na semana passada, diversos tributos declarados e não recolhidos, o saldo devedor de dois contratos de abertura de crédito em conta-corrente, duas duplicatas mercantis vencidas há um mês no valor de vinte mil reais, já protestadas e que se fazem acompanhar dos comprovantes de entrega das respectivas mercadorias, além de obrigações assumidas perante outros fornecedores.

A JPAM Telefonia Ltda., através de seus sócios, procura o seu Escritório de Advocacia, pedindo que, a partir do exame da atual legislação que regula a matéria, o Advogado defina se é possível que a própria sociedade pleiteie sua falência. Em caso afirmativo, prepare a petição inicial da ação a tal destinada. Em caso negativo, redija parecer fundamentado.

## Questões Práticas: Direito Empresarial

**1ª Questão:** João Olavo é produtor e comerciante de laranjas e sua atividade ganhou significativo impulso nos últimos anos, com vendas para o exterior. Contratou trinta empregados, mantém escrituração regular e se dedica exclusivamente a essa função. João Olavo pretende formalizar sua atividade, mediante os registros próprios. Procura o seu Escritório de Advocacia para indagar se pode se registrar na Junta Comercial como empresário e quais as conseqüências.

**2ª Questão:** A sociedade limitada Limpinho Lavanderia Ltda. quer reduzir seu capital social, porque o imóvel de sua sede foi perdido em desabamento ocorrido no mês passado. O imóvel foi recebido pela sociedade como pagamento das cotas sociais do sócio “A”. A sociedade indaga do Advogado se a medida é possível e quais os requisitos e procedimentos para tal.

**3ª Questão:** Pedro é diretor da sociedade anônima “Um S.A.”, mas não é titular de ações da companhia. Durante sua gestão, deixou de pedir a renovação do registro da marca perante o INPI, por esquecimento. Um concorrente, verificando o fato, apropriou-se da marca da “Um S.A.”. A sociedade pergunta ao Advogado se existem medidas judiciais a serem adotadas contra Pedro, quais são elas e quem são todas as pessoas legitimadas para a sua propositura.

**4ª Questão:** André é titular de crédito decorrente de sentença transitada em julgado em Reclamação Trabalhista movida contra seu antigo empregador. No curso do processo trabalhista, foi declarada a falência do Reclamado, que vem sendo regida pela lei 11.101/2005. Agora, já definitivo o crédito trabalhista, André pergunta ao Advogado o que deve fazer para pleitear seu efetivo pagamento. Fundamente.

**5ª Questão:** A sociedade limitada “AAM Comércio Ltda.”, que conta com dez sócios, pergunta ao Advogado se pode incluir cláusula em seu contrato social, prevendo que as deliberações serão adotadas em reunião de cotistas, convocada por *email* dirigido a todos os sócios pelos administradores, com dois dias de antecedência. Fundamente.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **Peça Profissional**

A Associação dos Policiais Rodoviários federais do Estado X, com sede na Rua ..... etc, propõe ação civil pública em face da União Federal visando a condenar a ré a se abster de suprimir da remuneração dos mencionados agentes públicos as parcelas referentes a horas extraordinárias, adicionais noturnos, de insalubridade e de periculosidade sob alegação da unicidade do subsídio instituído pela MP 305/2006.

Sustenta a Associação que, em razão da edição da referida Medida Provisória, os policiais rodoviários federais do Estado X foram comunicados da supressão de pagamento das rubricas referentes as referidas parcelas, o que seria inconstitucional em face do direito assegurado pelo § 3.º do art. 39 da Constituição da República.

Alegam, mais, que haveria no caso ofensa a cláusula constitucional protetora do direito adquirido e ao princípio constitucional da irredutibilidade de remuneração do servidor, o qual protegeria o padrão remuneratório e não o valor dos vencimentos em si. Alegam ainda que a edição da referida Medida Provisória não obedece aos requisitos de relevância e urgência.

O Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado X determina a citação da ré para responder à ação. Elabore a resposta,

considerando ainda os seguintes dispositivos da MP n.º 305/2006:

**Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 305, DE 29 DE JUNHO DE 2006.**

**<[http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw Identificacao/mpv%20305-2006?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/mpv%20305-2006?OpenDocument)>**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

**Art. 1º** A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos das seguintes carreiras:

- I - Procurador da Fazenda Nacional;
- II - Advogado da União;
- III - Procurador Federal;
- IV - Defensor Público da União;
- V - Procurador do Banco Central do Brasil;
- VI - Carreira Policial Federal; e
- VII - Carreira de Policial Rodoviário Federal.

.....]

**Art. 5.º.** Além das parcelas de que tratam os arts. 2º, 3º e 4º, não são devidas aos integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1º as seguintes espécies remuneratórias:

- I - vantagens pessoais e vantagens pessoais nominalmente identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;
- II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;
- III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial;
- IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;
- V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;
- VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 <<file:///LEIS/1950-1969/L1711.htm>> e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952 <<file:///LEIS/1950-1969/L1711.htm>>, e dos arts. 190

<file:///LEIS/L8112cons.htm> e [192 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;](#) <file:///LEIS/L8112cons.htm>

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 7º desta Medida Provisória.

**Art. 11.** A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1º Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou da tabela remuneratória referidas no art. 1º desta Medida Provisória, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes dos Anexos I, II e III.

§ 2º A parcela complementar de subsídio referida no § 1º estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

**Art. 12.** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

## **Questões Práticas: Direito Administrativo**

**1ª Questão:** Empregado concursado de uma sociedade de economia mista federal, Lamartine Rodrigues é eleito deputado federal, razão pela qual dirige requerimento ao Setor de Pessoal da empresa solicitando esclarecimentos sobre sua situação funcional a partir do início do mandato. Como você responderia ao requerimento?

**2ª Questão:** Tendo sido declarada a desapropriação do imóvel que lhe pertence e em

que reside, Pedro é notificado pelo poder público expropriante no sentido de que seriam enviados técnicos à sua casa para procederem à avaliação do bem, nos termos do direito de penetração no imóvel expropriando assegurado pelo Decreto-Lei n.º 3365/41. Contrariado com a desapropriação, Pedro pretende impedir o ingresso daquelas pessoas no imóvel e lhe questiona o que poderá ocorrer caso venha a opor a referida resistência. Responda ao questionamento.

**3ª Questão:** Bem próximo a um terreno de propriedade de João Antônio, localiza-se um imóvel público tombado pelo Município. João Antônio lhe questiona: resulta do tombamento alguma restrição ao meu direito de propriedade. Justifique sua resposta, indicando, caso seja afirmativa, qual a natureza da restrição.

**4ª Questão:** Considera-se que entre as hipóteses legais de dispensa de licitação encontram-se circunstâncias que mais se amoldam à inexigibilidade de licitação. Qual o fundamento desta constatação e qual seria uma dessas hipóteses?

**5ª Questão:** Constituem as agências reguladoras novas modalidade de órgãos públicos ou pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública? Fundamente sua resposta.

## **DIREITO E PROCESSO PENAL**

### **Peça Profissional**

Pafúncio Augusto foi preso em flagrante delito. Consta da denúncia que o co-réu (Confúcio Henrique) invadiu uma Agência da Caixa Econômica Federal (CEF) no Bairro do Santo Agostinho (em Belo Horizonte - MG), após o expediente bancário. Com o uso de uma arma de fogo (de numeração raspada e sem registro adequado), ele ameaçou o gerente e os seguranças da instituição. Subtraiu R\$ 50.000,00 de dentro do cofre da agência.

Consta, ainda, que Pafúncio Augusto teria ficado dentro do seu veículo, ao lado do local do crime, de forma a oferecer ao co-réu um meio seguro de fuga. Os Policiais Militares, convocados para a diligência, perseguiram os dois acusados, conseguindo efetivar a prisão em flagrante de ambos minutos depois de uma perseguição ininterrupta.

Foram pegos com os dois acusados a arma usada por Confúcio Henrique e todos os valores subtraídos da Agência da CEF.

O Ministério Público ajuizou ação penal em desfavor dos dois co-réus. De acordo com os termos da denúncia oferecida, eles teriam infringido as normas penais anotadas nos arts. 157, § 1º, I e II, do Código Penal, e 16 da Lei 10.826/03.

Denúncia recebida pelo Juiz Competente. Em seu Interrogatório, Pafúncio Augusto negou a prática dos delitos a ele imputados na inicial acusatória. Afirmou que Confúcio Henrique, um conhecido antigo, apenas lhe pedira uma carona para depositar determinados valores no caixa automático da CEF. Anunciou, ainda, que não sabia da intenção delituosa do co-réu, somente tomando consciência do crime quando, por vontade própria, deu fuga àquele outro. Tomou ciência da arma de fogo, também, apenas durante a fuga.

Defesa Prévia apresentada. Audiência de Instrução realizada, na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas pelas partes. Como as testemunhas (gerente e seguranças) não saíram de dentro da CEF, não conseguiram reconhecer Pafúncio Augusto como sendo o autor do delito. Apenas os Policiais Militares o reconheceram como sendo a pessoa presa na perseguição realizada.

Na fase do art. 499, o MP requereu a juntada da CAC e da FAC dos acusados. Pafúncio Augusto era primário e de bons antecedentes. A defesa, a seu turno nada requereu. Não foi juntada, nos autos, a perícia oficial, com o exame de perfeito funcionamento da arma de fogo apreendida.

Alegações Finais do Ministério Público e da Defesa foram apresentadas devidamente.

A sentença foi publicada. Não houve prescrição, entendendo o Magistrado por condenar os co-réus de acordo com a denúncia apresentada: arts. 157, § 1º, I e II, do Código Penal, e 16 da Lei 10.826/03. Como Pafúncio Augusto era primário e de bons antecedentes, a pena foi fixada no mínimo legal: 5 anos e 4 meses para o roubo com as majorantes e 3 anos para o porte ilegal de arma. Totalizou-se 8 anos e 4 meses de reclusão, em pena a ser inicialmente cumprida em regime fechado, além do pagamento do valor equivalente a 15 (quinze) dias-multa, fixados a unidade de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo.

Não se conformando com a decisão do Magistrado, Pafúncio Augusto recorreu tempestivamente da sentença, constituindo-o para elaborar as razões recursais. Assim, elabore-as, com o devido e completo encaminhamento, arguindo toda a matéria pertinente.

## **Questões Práticas:**

## Direito e Processo Penal

**1ª Questão:** José Luis, dono de um açougue em Belo Horizonte, adicionou dois quilos de carne de cavalo a cinco quilos de carne de boi moída e, após misturar as duas porções, colocou tal produto a venda, no interior do balcão refrigerado, como se fosse, todo ele, carne moída de boi. Quase toda a carne foi vendida, por José Luis, no mesmo dia. Tendo havido a apreensão da carne restante, o laudo pericial demonstrou a efetividade da alteração feita e também a diminuição do valor nutritivo da carne misturada, comparativamente com carne de boi. Em face do exposto, pergunta-se: a conduta praticada por José Luis constitui infração penal? Em caso positivo, qual ou quais, e em que penas ele incorrerá? Justifique, detalhadamente, sua resposta.

**2ª Questão:** O advogado de João M. da Silva constatou, quando os autos do processo por crime de roubo movido contra seu cliente estavam conclusos para sentença, que o juiz que recebera a denúncia e presidira toda a instrução criminal, havia, anos antes, atuado como membro do Ministério Público, requisitando, por duas vezes, diligências ao Delegado de Polícia, na fase do inquérito policial. Em face do exposto, pergunta-se: qual providência deve ser tomada pelo aludido advogado? Justifique sua resposta, citando os dispositivos legais pertinentes.

**3ª Questão:** Verificou-se que o edifício “Parque Belo”, prédio muito antigo, que necessitava de reformas estruturais para recuperar as condições mínimas de habitabilidade, desabou, ocasionando a morte de dois moradores e de dois transeuntes e expondo a perigo um número indeterminado de pessoas e bens. O referido edifício, cujos apartamentos encontravam-se locados para seis famílias, era de propriedade do Sr. Mauro da Silva, que, procurado diversas vezes pelos moradores, que lhe pediam a realização das reformas estruturais necessárias (as quais, por lei, lhe competiam), não tomou qualquer providência, e nem sequer foi ao prédio para verificar o seu estado, porque, de forma sincera, não imaginava que o aludido imóvel estivesse em situação tão precária. Tendo ficado provado que Mauro da Silva, em nenhum momento, imaginou que seu prédio pudesse desabar, pergunta-se: os fatos descritos constituem infração penal? Em caso positivo, qual ou quais, e em que penas o agente incorrerá? Justifique, detalhadamente, sua resposta, abordando todos os aspectos jurídicos da questão.

**4ª Questão:** Marcos Antônio, aproveitando-se do fato de que sua vizinha, Neide, moça recatada, de dezesseis anos, encontrava-se em sono profundo,

adentrou em seus aposentos e apalpou-lhe os seios e os órgãos genitais por sobre as suas vestes, sem que ela acordasse. O fato, contudo, foi visto por Rosália, a empregada da casa, que o contou ao pai de Neide, o qual, por sua vez, o levou ao conhecimento da polícia, solicitando as providências legais cabíveis. Pergunta-se: a conduta praticada por Marcos Antônio constitui infração penal? Em caso positivo, qual ou quais? Justifique sua resposta.

**5ª Questão:** O médico João André realizou uma cirurgia de “mudança de sexo” em Rogério da Silva, cantor e travesti, indivíduo maior de idade e são, a pedido dele, que, inclusive, assinou um contrato de prestação de serviços com o médico, relativo à aludida cirurgia, em que se declarava ciente do que seria realizado e dos riscos envolvidos no procedimento. Apesar do “sucesso” da cirurgia, que produziu exatamente as modificações desejadas pelo cantor em seu corpo, alguns meses após a mesma, Rogério, tendo ficado insatisfeito com o resultado, levou o ocorrido ao conhecimento da Autoridade Policial competente. Concluído o respectivo inquérito policial, o Ministério Público estadual ofereceu denúncia contra João André pela prática do crime de lesão corporal gravíssima, com fundamento nos incisos III e IV do §2º do artigo 129 do Código Penal brasileiro, tendo em vista que Rogério, conforme laudo pericial, ficou permanentemente impossibilitado de exercer a função reprodutiva e, além disso, foi produzida em seu corpo uma deformidade permanente, uma vez que o médico João André extirpou os seus órgãos sexuais. Em face do exposto, pergunta-se: qual ou quais argumentos, do ponto de vista do Direito Penal, o advogado de João André deverá utilizar, para defendê-lo? Justifique sua resposta.

# DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

## Peça Profissional

EXMO SR. DR. JUIZ DA  
HORIZONTE/MG

VARA DO TRABALHO DE BELO

**MARIA MARINA**, solteira, vendedora-externa, inscrita no CPF 001.002.003-07, portadora de CTPS 02949, série 001, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, na Rua Dom Teodoro, n. 23.456, Bairro Capim Branco, CEP. 77.222-000, vem perante V. Exa., por seu advogado abaixo assinado, ajuizar a presente Reclamação Trabalhista em face de **COMÉRCIO MM LTDA**, CNPJ n. 400.425.436/0001-04, estabelecimento situado na Avenida Pedro Paulo II, n. 26.704, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP. 77.456-999, pelos seguintes fundamentos fáticos e jurídicos, para ao final requerer:

1 - Que foi admitida em 2 de setembro de 1999 e injustamente dispensada em 11 de outubro de 2005, com aviso prévio indenizado.

2 - Que foi contratada para exercer suas atividades na cidade de Uberlândia/MG, onde realizava visitas diárias aos clientes, inclusive em cidades interioranas vizinhas, tendo sido transferida, de forma definitiva, para Belo Horizonte/MG, em 10 de junho de 2004, sem, contudo, receber o adicional de transferência no importe de 25% dos salários.

3 - Que foi contratada para laborar de segunda-feira a sexta-feira, por uma jornada de trabalho de 8 horas (08:00 h às 18:00 h., com intervalo intrajornada de 2 horas). Todavia, a partir da efetiva transferência susomencionada (10/06/04) prestava duas horas extras diárias, sem, contudo, receber a contraprestação pela extrapolação de jornada, ora indicada. Não registrava horário de início e término da jornada.

4 - A reclamante exercia as funções de Vendedora - Viajante, sendo que, por todo o pacto laboral a Reclamada lhe forneceu veículo para utilização quando das vendas efetuadas, mas também, após o expediente e finais de semana, sendo por último um automóvel da marca FIAT/Uno Mille Fire, ano 2005.

5 - Que recebia salário mensal composto de parte fixa (R\$ 350,00) e parte variável (R\$ 250,00 em média). Esta última composta de comissões de 1 % sobre as vendas efetuadas.

5.1. - Inobstante, a Reclamada utilizou, incorretamente, apenas o salário fixo como base de cálculo para pagamento do 13º salário/2005 e férias do último período laborado, quitadas de maneira proporcional.

6 - Que não recebeu as férias do período aquisitivo 01/02.

7 - Face o pagamento incompleto das verbas rescisórias, faz jus à multa estabelecida no art. 477 e 467 da CLT.

#### Dos pedidos

8 - Pretende, pois, a condenação da Reclamada nas parcelas abaixo, que deverão ser apuradas em liquidação:

A - adicional de transferência e seus devidos reflexos, a partir da remoção noticiada, no item 2 da exordial..... a apurar;

B - Horas extraordinárias, por todo pacto laboral, com acréscimo de 50% estabelecido no art. 7º, inciso XVI da CF/88.....a apurar;

C - Diferenças dos 13ºs salários, férias + 1/3, FGTS + 40% e aviso prévio, face à devida integração do salário utilidade fornecido em decorrência do contrato de trabalho, segundo item 4 retro..... a apurar;

D - Diferenças rescisórias, em face da incorreta base de cálculo utilizada, segundo item 5 e 5.1 retro.....a apurar;

E - Férias em dobro, relativas ao período aquisitivo 01/02, acrescidas do terço constitucional.....a apurar;

F - multa do art. 477 da CLT.....a apurar;

G - multa do art. 467 da CLT.....a apurar;

**Ex-positis**, requer seja a Reclamada notificada dos termos da presente ação no endereço fornecido, para querendo apresentar defesa, acompanhando-a até final, quando deverão os pedidos serem julgados procedentes, com a condenação nas parcelas postuladas, acrescidas de juros e correção monetária.

Requer, ainda, os benefícios da Justiça Gratuita, declarando, nos termos das Leis 7.115/83 e 7.510/86 e sob responsabilidade penal, ser pobre no sentido legal.

Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidos e, em especial, pelo depoimento do representante da Reclamada, sob pena de confissão, prova documental e testemunhal.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2005.

**P.p. Gudeslau Giovantino**  
**OAB - 999.999**

Estes são os documentos que instruem a peça:

- TRCT, cód. 01, com quitação das verbas rescisórias, no dia 18/10/2005, sem ressalva específica da entidade sindical representativa obreira, durante a assistência homologatória prestada.
- Procuração.
- Convenções Coletivas de Trabalho, durante todo o pacto laboral (98/99, 99/00, 00/01, 01/02, 02/03, 03/04, 04/05, 05/06), com data base em 1º de setembro, firmadas entre o Sindicato do Comércio de Minas Gerais e o Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de Minas Gerais, sendo as duas últimas instituidoras da denominada Comissão de Conciliação Prévia, no âmbito de sua representação.
- Cópia da CTPS.

- Declaração de Pobreza
- Recibos de pagamento dos salários.

- Considerando que você foi contratado pelo representante legal da empresa, este já cientificado da data e horário da audiência, para representá-la judicialmente, elabore a peça processual cabível ao caso concreto, noticiando fundamentos jurídicos pertinentes, levando em consideração toda a informação acima mencionada e a documentação fornecida pela demandada, a seguir exposta:

- A ação trabalhista foi ajuizada em 02 de dezembro de 2005 e distribuída para a 47ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. O processo recebeu o n. 45445-2005-047-003-00-1.

- Contrato Social;
- Procuração;
- Carta com aviso de recebimento enviada à residência da obreira comunicando o dia, horário e local da homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho;
- Comprovante de depósito, no dia 17/10/06, na conta Corrente da obreira, referente ao valor das verbas rescisórias;
- Declaração do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de Minas Gerais confirmando a instituição e funcionamento da Comissão de Conciliação Prévia.
- Ficha de Registro de Empregado consignando a data de admissão no dia 2 de setembro de 1999 e a anotação de que a obreira praticava atividade externa incompatível com a fixação de jornada de trabalho;
- Declaração original do Instituto Nacional do Seguro Social atestando ter a reclamante usufruído benefício previdenciário denominado auxílio-doença, no período de 05/09/01 até 10/04/02 e cujo retorno se efetuou no dia útil imediatamente subsequente.

## **Questões Práticas: Direito e Processo do Trabalho**

**1ª Questão:** A empresa Divino Espírito Santo, necessitando aumentar sua produtividade

nos setores industrial e comercial de produtos alimentícios, resolveu contratar Maria Aparecida de Jesus. Tal formulação contratual se deu em caráter experimental no lapso de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 01/01/2006, sem hipótese de prorrogação. Foi pactuado pelas partes o salário fixo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais.

Ocorre que no 59º (quincuagésimo nono) dia do pacto laboral de experimento, a empregada comunica ao empregador que se encontra em estado gravídico, desde o dia 10/01/2006, conforme exame laboratorial e atestado médico. No dia seguinte ao comunicado retro, a empresa resolveu não prorrogar o pacto em questão, ocorrendo na hipótese a dissolução contratual.

Nessa situação de término do contrato de trabalho, pergunta-se:

- A empregada gestante faria jus à estabilidade provisória? Justifique. Teria êxito no ajuizamento de Ação Trabalhista pleiteando a reintegração ao emprego? Justifique.

Responda com fundamentos jurídicos.

**2ª Questão:** Justino, um futuro craque de futebol, com 14 anos de idade celebrou Contrato de Trabalho, com lapso temporal de 1 (um) ano, com a entidade Desportiva “Tabajara Futebol Clube”. Todos os detalhes de direito ficaram devidamente acertados, inclusive, cláusula penal, acaso houvesse o descumprimento ou rompimento unilateral do contrato.

Todavia, o futuro do craque não pareceu tão promissor, já que seu baixo desempenho foi o motivo ensejador da dispensa contratual, por iniciativa empresarial, quando completados 6 meses de pacto laboral. Entretanto, passado mais de 3 meses do ato de dispensa, Justino não havia recebido as reparações legais, em face da rescisão contratual, ora noticiada.

Não lhe restou outra opção senão o ajuizamento de Ação Trabalhista com pedido de pagamento das verbas rescisórias de direito, anotação de CTPS, bem como da aplicabilidade dos efeitos da cláusula penal pactuada. A defesa empresarial tem como fundamento a argüição de nulidade absoluta do contrato de trabalho. Solucione o caso apresentando fundamentos jurídicos, analisando o contrato de trabalho através de seus elementos essenciais constitutivos, das nulidades contratuais e do ordenamento jurídico trabalhista.

**3ª Questão:** Analiticamente, numa determinada Reclamação Trabalhista, o Magistrado primevo depara-se com um único pedido de adicional de periculosidade, embasado pela linha fática de contato com produtos inflamáveis.

A reclamada em sua defesa, preliminarmente argüi a prescrição do direito de ação, e no mérito, negou o labor em ambiente perigoso e o contato com o agente susomencionado. Realizada perícia técnica restou provado o contato permanente com produtos inflamáveis. A reclamada impugnou, de maneira veemente, o laudo pericial apresentado, por inverídico. Na audiência em prosseguimento, realizado o depoimento pessoal das partes, oitiva de

testemunhas, finalizando a instrução processual, declarando as partes não terem outras provas a produzir.

O Juízo reconheceu a prescrição alegada em contestação. O autor recorre ordinariamente, visando afastar a prescrição e a conseqüente procedência do pedido. O Tribunal Regional do Trabalho, ao julgar o recurso, afasta a prescrição reconhecida em 1º grau.

Pergunta-se: Pode o Tribunal prosseguir no julgamento do mérito da causa, sem que com isso haja supressão de instância e/ou cerceio de defesa? Responda com fundamentos jurídicos pertinentes ao caso.

**4ª Questão:** Reclamante X propõe Reclamação Trabalhista, em desfavor da Reclamada Y, perante o Juízo da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. Designada audiência Una para o dia 10/10/2006, às 14:00 h., compareceram as partes e seus procuradores. Aberta a audiência, realizada e frustrada a tentativa de conciliação, seguindo ato contínuo a apresentação da Defesa empresarial. Neste ato, a Reclamada Y argüi, oportunamente, exceção de incompetência *ex ratione loci*, argumentando, a despeito da contratação ter ocorrido em Belo Horizonte, o local de prestação de serviços noticiado foi a cidade de Porto Alegre/RS. Manifestação do exceto/reclamante admitindo a prestação de serviços na cidade gaúcha retro. Instrução quanto à exceção realizada, nos termos da CLT, não havendo outras provas. O Juízo decide, no sentido de acolhimento da exceção declinada, remetendo os autos a uma das Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS, cientificando as partes em audiência. Pergunta-se:

Como advogado do Reclamante X, qual é a providência judicial cabível contra a decisão interlocutória que decide a argüição de incompetência acima mencionada.

**5ª Questão:** Juninho Alagoano foi contratado pela Empresa “Cervejas e Derivados Indústria e Comércio Ltda.”, na função de Vendedor Externo, recebendo salário fixo e variável, este último composto por comissões sobre vendas efetivadas. Devidamente anotada em sua CTPS a exceção contida no artigo 62, inciso I da CLT e na ficha de registro do empregado.

Iniciava sua jornada às 7:00 h. para participar de reunião com os supervisores e o recebimento das rotas pré - determinadas, prevendo no mínimo 30 (trinta) visitas diárias, que duravam em média 0:20 a 0:30 minutos cada uma. Durante a prestação laboral mantinha contato por telefone relatando o horário de chegada e saída perante cada cliente e após, enviava o relatório via “Palm-top”. Retornava à Reclamada para execução de serviços internos, que duravam em torno de 2:00 horas. Além disso, de uma a duas vezes por mês era acompanhado em sua jornada por um gerente.

Não havia registro de frequência. Foi dispensado sem justa causa, propondo Ação Trabalhista com pedido de pagamento de horas extras. Juninho Alagoano faz jus ao pagamento das horas extras durante todo o pacto laboral? Solucione o caso, apresentando fundamentos jurídicos.

## **2ª ETAPA**

# **DIREITO E PROCESSO CIVIL**

### **Peça Profissional**

Juca Cipó, passando por sérias dificuldades financeiras, procura o Banco “A Fortuna”, com sede em Belo Horizonte, e dele obtém um empréstimo, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), formalizado por meio de contrato de abertura de crédito em conta corrente, que é por ele assinado juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Juca, no entanto, não consegue honrar com o pagamento da dívida, o que leva o Banco “A Fortuna” a mover, em seu desfavor, ação monitória, cuja petição inicial, além do instrumento de mandato, é instruída com o contrato firmado pelas partes e com o extrato de movimentação da conta corrente em nome de Juca Cipó.

Ao analisar a petição inicial, o juiz da 72ª Vara Cível de Belo Horizonte a indefere, de plano, ao fundamento de faltar ao Banco “A Fortuna” interesse de agir, já que referido contrato, porque assinado por 2 (duas) testemunhas e pelo devedor, constituiria título executivo extrajudicial.

O representante legal do Banco “A Fortuna”, Sr. Fortunato José, inconformado, o procura em seu escritório, solicitando-lhe a adoção de medida judicial cabível contra referida decisão judicial. Você, na qualidade de procurador do Banco, intente a medida judicial cabível para a defesa dos interesses de seu cliente.

## Questões Práticas:

### Direito e Processo Civil

**1ª Questão:** Antônia, viúva de Manoel, contrai segunda núpcias com Joaquim, no dia 31 de outubro de 2005, após regular procedimento de habilitação. Do casamento entre Antônia e Manoel nasceram Manoel Júnior e Antonieta. Ocorre que Antônia, quando casou com Joaquim, ainda não havia realizado o inventário dos bens de Manoel. Considerando apenas os fatos narrados, **pergunta-se:** O casamento entre Antônia e Joaquim é nulo? Por quê? Qual o regime de bens aplicáveis, como regra, a casos como o narrado acima? A resposta deve ser justificada, inclusive com a menção dos dispositivos legais aplicáveis.

**2ª Questão:** José casou-se com Maria em 20 de fevereiro de 2005, pelo regime da participação final nos aquestos. José, quando da celebração do casamento, já era proprietário de um bem imóvel. Maria, por sua vez, quando do casamento, já era proprietária de cinco bens imóveis. Durante o casamento, em 20 de agosto de 2005, nasceram quadrigêmos, Luiz, Luíza, João e Joana, filhos de José e Maria. Em 20 de janeiro de 2006, José faleceu. Nenhum bem foi adquirido no curso da sociedade conjugal, permanecendo os cônjuges, até o falecimento de José, apenas com os bens que levaram para o matrimônio. Quando do falecimento de José, o bem imóvel de que já era proprietário antes do casamento, valia R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Os bens imóveis de propriedade de Maria valiam R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada um. **Pergunta-se:** Quando caberá à Maria a título de participação final nos aquestos? Quando caberá a cada um dos herdeiros a título de herança? A resposta deve ser justificada, inclusive com a menção dos dispositivos legais aplicáveis.

**3ª Questão:** O senhor X soube que o Jornal da Manhã publicará, dentro de uma semana, um caderno especial revelando detalhes íntimos de sua vida conjugal (textos e fotos). Não tendo autorizado a reportagem, o Senhor X quer saber como impedir a sua publicação. Responda fundamentadamente, fazendo expressa menção à natureza jurídica da ilicitude e da medida a ser pleiteada, analisando os principais caracteres procedimentais e probatória desta.

**4ª Questão:** Quando Luciano Alto acordou de sonhos intranquilos, percebeu que seu casamento havia se transformado em um tormento monstruoso. Por isso, no dia 12 de dezembro de 2004, deixou o lar conjugal, onde continuaram residindo sua esposa Leni e seus 4 filhos. Ocorre que, em 12 de janeiro de 2005, um mês depois de sua separação de fato, Luciano veio a falecer, deixando quatro filhos, todos havidos durante o casamento: Franz, Kafka, Frieda e Klamm. Na data do falecimento de Luciano, o patrimônio deste consistia exclusivamente em: 1) um apartamento na Rua do Castelo, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) -, calculado na data do falecimento -, adquirido por meio de contrato de compra e venda em 15 de dezembro de 1999 e; 2) uma grande área de terras na cidade de K no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - calculado na data do falecimento - , adquirido antes do casamento com Leni, ambos os bens registrados em nome de Luciano. Na data do falecimento não havia qualquer bem adquirido em nome de Leni. Sabendo dque Luciano e Leni eram casados pelo regime da comunhão universal de bens, e supondo que o falecido não deixou qualquer dívida, e que seu enterro foi pago por meio do seguro-funeral, **responda:** a) à luz do Código Civil brasileiro, Leni é herdeira de Luciano? Por quê? (a fundamentação deverá contemplar expressamente o (s) artigos (s) do Código Civil sobre a matéria)? b) Calcule o valor do quinhão (em reais) que caberá a cada um dos herdeiros.

**5ª Questão:** Sérgio (locador) aluga imóvel urbano a Mário (locatário), sito na Rua: dos Atleticanos, nº 100. O contrato teve seu termo final em 1º de julho de 2000, data em que Mário deixa o imóvel, entregando as chaves ao locador, mediante recibo. Ocorre que Mário não realizou o pagamento do aluguel

referente ao mês de junho, no valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais). O vencimento desse aluguel ocorreu no dia 1ª de julho de 2000. Com base nos dados constantes do enunciado acima, **responda:** a) Qual é o prazo prescricional aplicável ao caso? b) A pretensão está prescrita? Por quê? c) O que ocorreria, quanto ao prazo prescricional, se Sérgio tivesse, hoje, 14 anos de idade e houvesse celebrado o contrato de locação representado por seus genitores? Justifique plenamente sua resposta, com expressa referência aos artigos do Código Civil que se aplicam ao caso e com a devida subsunção do fato à norma.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **Peça Profissional**

A empresa *Equipamentos e Ferramentas Ltda.*, cujo objeto social é a locação de equipamentos e ferramentas para construção civil, foi autuada pelo Fisco Municipal de Contagem, município em que estava sediada a referida empresa, que não teria declarado, nem pago, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre o serviço de locação de equipamentos e ferramentas, prestado no exercício de 2000. A autuação foi feita em 1º de dezembro de 2001, ocasião em que a *Equipamentos e*

*Ferramentas Ltda.* foi regularmente notificada pelo Fisco Municipal, mas não apresentou impugnação administrativa, embora a legislação municipal previsse o prazo de 15 (quinze) dias para tal impugnação.

Em agosto de 2006, a Fazenda Municipal de Contagem ajuizou, na Comarca de Contagem (1ª Vara da Fazenda Municipal) execução fiscal contra a *Equipamentos e Ferramentas Ltda.* Em outubro de 2006, expediu-se carta precatória para a Comarca de Belo Horizonte, visto que a executada, em setembro de 2006, havia alterado sua sede para a Capital mineira. Feita a citação, e não havendo nomeação de bens à penhora ou apresentação de garantia, foi realizada, em 20 de novembro de 2006, a penhora de vários equipamentos que são alugados pela executada. Nessa mesma data, a empresa foi intimada da penhora realizada.

Hoje, o proprietário da *Equipamentos e Ferramentas Ltda.* lhe procurou, apresentando os documentos pertinentes, especialmente a seguinte certidão de dívida ativa, que instrui o processo de execução fiscal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM  
SECRETARIA DE FINANÇAS PÚBLICAS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Processo Administrativo nº 000.000/00      Termo de Inscrição em Dívida  
Ativa nº 000      Livro nº 000

DEVEDOR: Equipamentos e Ferramentas Ltda.

CNPJ: 000.000/0001-00  
000.000/00

Inscrição      Municipal:

ENDEREÇO Rua Florisbela Florida, 00 - Belo Horizonte - MG

VALOR HISTÓRICO: R\$ 4.000,00 (ISSQN)

R\$ 800,00 (multa moratória 20%)

R\$ 4.800,00(total)

(valor sujeito à correção monetária e juros de mora, pelos mesmos critérios aplicados pela União Federal).

ORIGEM E NATUREZA DA DÍVIDA: ISSQN (crédito apurado em lançamento de ofício)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 10 e art. 15 da Lei Municipal nº 0000

DATA DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA: 22 de dezembro de 2001

assinatura da autoridade responsável

Considerados os dados constantes do problema, elabore a peça processual cabível, que, suspendendo o curso do processo de execução, possibilite ao seu cliente o mais amplo questionamento da exigência tributária, deduzindo todas as questões pertinentes.

## **Questões Práticas: Direito Tributário**

**1ª Questão:** O artigo 17, inciso II, da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que alterou a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física, previu que, por ocasião da *declaração de ajuste anual* (art. 12 também da Lei nº 8.383, de 1991), se houver “*saldo do imposto*”, este deverá ser pago “*no mês*”

*de abril*”, seja a quota única, seja a primeira parcela.

Suponha que, em 30 de janeiro de 2007, seja publicada lei federal, com os seguintes dispositivos:

Art. 1º - O artigo 17, inciso II, da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 17 (omissis):

II - a primeira quota ou quota única deverá ser paga no **mês de março** do ano subsequente ao da percepção dos rendimentos”.

Art. 2º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

**Pergunta-se:** quando deverá ser pago o Imposto de Renda da Pessoa Física, relativa aos rendimentos percebidos em 2006 (quota única ou primeira quota)? Justificar a resposta.

**2ª Questão:** Tucídides e Heródoto são irmãos, proprietários de imóvel urbano residencial, localizado em Ponte Nova, que receberam de herança de seus pais. Não pagaram, porém, o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), relativo aos exercícios de 2005 (R\$ 600,00, valor atualizado) e 2006 (R\$ 615,00, valor atualizado), exigido daqueles proprietários, na forma da legislação municipal.

Em novembro de 2006, editou-se lei municipal concedendo remissão dos créditos tributários relativos ao IPTU, se o proprietário do imóvel for portador de doenças graves, definidas na própria lei municipal. Tucídides é portador de uma dessas doenças.

Pergunta-se: a remissão beneficiará os créditos tributários mencionados no enunciado, relativos aos exercícios de 2005 e 2006? Justificar a resposta.

**3ª Questão:** Robespierre Danton, proprietário de veículo de alto luxo, foi notificado de lançamento tributário, realizado pela Fazenda Pública Estadual, relativamente ao IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), visto que não pagou o imposto relativo ao exercício de 2000. A notificação se fez em novembro de 2005. Robespierre Danton pagou, em janeiro de 2006, o valor exigido pelo fisco estadual, com os devidos acréscimos legais.

Agora, em novembro de 2006, Robespierre Danton recebeu *notificação complementar*, por meio da qual o *fisco estadual* está a exigir o pagamento de *valor complementar*, porque foi constatada *falha nos sistemas de informática*: ao invés de aplicar a alíquota pertinente (2%), foi aplicada alíquota inferior (1%).

**Pergunta-se:** está correto o procedimento adotado pelo fisco estadual? Justificar sua resposta.

**4ª Questão:** Adam Smith, domiciliado e residente em Belo Horizonte, presta serviço elencado na Lista Anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Adam Smith paga o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) para o Município de Belo Horizonte, eis que o serviço por ele prestado NÃO SE ENCONTRA RELACIONADO nos incisos I a XXII do art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 2003.

Todavia, em novembro de 2006, Adam Smith foi notificado pelo Município de Nova Lima para que recolha parte do ISSQN aos cofres daquele Município, ao argumento de que alguns tomadores do serviço prestado por Adam se encontram domiciliados em Nova Lima.

**Pergunta-se:** considerados os dados oferecidos, qual o instrumento processual adequado para que Adam Smith, se opondo à pretensão de Nova Lima, efetue o pagamento devido ao verdadeiro sujeito ativo, sem o risco de sofrer autuação fiscal? Justificar sua resposta.

**5ª Questão:** A empresa Grande Sertão Veredas, que promove a importação de mercadorias, impetrou mandado de segurança preventivo, a fim de que seja reconhecida a não incidência do Imposto de Importação sobre as operações que promove, haja vista a divergência de entendimento entre a Receita Federal e a empresa. A liminar foi concedida pelo juízo federal, que determinou “*a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, relativo ao Imposto de Importação, em relação às mercadorias importadas pela impetrante*”.

**Pergunta-se:** **a)** Poderá a União Federal fazer o lançamento do crédito tributário correspondente ao Imposto de Importação incidente sobre as operações de importação realizadas pela impetrante? **b)** Posteriormente, se denegado o mandado de segurança, com revogação da decisão liminar, poderá a União Federal exigir o pagamento de encargos moratórios (multa e juros), em relação ao período em que vigorou a medida liminar? Justificar as respostas.